

Corpo, linguagem, silenciamento e insubordinação: uma leitura de *Máscara de Flandres*, de Elisabete Nascimento /

Cuerpo, lenguaje, silenciamiento e insubordinación: una lectura de 'Máscara de Flandres', de Elisabete Nascimento

*Fernanda Oliveira da Silva*¹

Doutoranda em Letras Vernáculas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atualmente em estágio de doutorado sanduíche no exterior com bolsa CAPES (PDSE), vinculado à Sorbonne Université (França). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas Escritas do Corpo Feminino nas Literaturas de Língua Portuguesa (UFRJ).

 <https://orcid.org/0000-0001-9831-2827>

Recebido em 31 mar. 2026. **Aprovado** em: 15 jul. 2026.

Como citar este artigo:

SILVA, Fernanda Oliveira da. Corpo, linguagem, silenciamento e insubordinação: uma leitura de 'Máscara de Flandres', de Elisabete Nascimento. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 15, n. 2, e7494, set. 2026. DOI: 10.5281/zenodo.22445500.

RESUMO

Este artigo analisa o poema "Máscara de Flandres", de Elisabete Nascimento, a partir de uma perspectiva decolonial que articula linguagem, corpo e memória na problematização de regimes históricos e contemporâneos de silenciamento. A leitura evidencia como a recorrência de estruturas discursivas normativas opera na regulação do dizer, do pensar e do existir, produzindo subjetividades alinhadas a padrões hegemônicos. Nesse contexto, mobilizam-se as contribuições de Aníbal Quijano (2005) e Walter Dignolo (2008) para compreender a persistência da colonialidade do poder e do saber, bem como as reflexões de María Lugones (2019) acerca da articulação entre raça, gênero e colonialidade. A análise também dialoga com Angela Davis (2016), ao evidenciar a inscrição histórica do corpo negro feminino em relações de trabalho e exploração, e com Spivak (2010), no que concerne às dinâmicas de silenciamento e enunciação. Ao tensionar essas estruturas, o poema afirma uma poética insurgente que se constitui como prática de reexistência, especialmente ao mobilizar matrizes afro-diaspóricas. Por fim, destaca-se que a obra não apenas denuncia dispositivos de dominação, mas também convoca leitoras e leitores, inscrevendo a leitura como prática implicada. Dessa forma, o estudo situa o poema no campo da literatura latino-americana contemporânea, evidenciando seu potencial crítico na desestabilização de normatividades de gênero, corporalidade e linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura latino-americana; Corpo negro feminino; Colonialidade; Escrita afro-diaspórica; Poética da resistência

RESUMEN

Este artículo analiza el poema "Máscara de Flandres", de Elisabete Nascimento, desde una perspectiva decolonial que articula lenguaje, cuerpo y memoria en la problematización de regímenes históricos y contemporáneos de

¹ fernanda.olliveira05@gmail.com

silenciamiento. La lectura evidencia cómo la recurrencia de estructuras discursivas normativas opera en la regulación del decir, del pensar y del existir, produciendo subjetividades alineadas con patrones hegemónicos. En este contexto, se movilizan las contribuciones de Aníbal Quijano (2005) y Walter Dignolo (2008) para comprender la persistencia de la colonialidad del poder y del saber, así como las reflexiones de María Lugones (2019) acerca de la articulación entre raza, género y colonialidad. El análisis también dialoga con Angela Davis (2016), al evidenciar la inscripción histórica del cuerpo negro femenino en relaciones de trabajo y explotación, y con Gayatri Chakravorty Spivak (2010), en lo que concierne a las dinámicas de silenciamiento y enunciación. Al tensionar estas estructuras, el poema afirma una poética insurgente que se constituye como práctica de reexistencia, especialmente al movilizar matrices afro-diaspóricas. Finalmente, se destaca que la obra no solo denuncia dispositivos de dominación, sino que también interpela a las lectoras y los lectores, inscribiendo la lectura como práctica implicada. De este modo, el estudio sitúa el poema en el campo de la literatura latinoamericana contemporánea, evidenciando su potencial crítico en la desestabilización de normatividades de género, corporalidad y lenguaje.

PALABRAS-CLAVE: Literatura latinoamericana; Cuerpo negro femenino; Colonialidad; Escritura afrodiáspórica; Poética de la resistencia.

1 Introdução

Nas últimas décadas, a literatura latino-americana tem sido atravessada por uma crescente emergência de escritas que tensionam os regimes normativos de gênero, sexualidade e corporalidade, deslocando paradigmas estéticos e políticos historicamente vinculados à matriz colonial e patriarcal. Nesse cenário, a produção de autorias negras femininas ocupa um lugar importante, ao instaurar formas de enunciação que interrogam os dispositivos de silenciamento, invisibilização e disciplinamento dos corpos racializados. Trata-se de um conjunto de práticas literárias que, ao articular memória, linguagem e experiência, não apenas amplia o campo da literatura contemporânea, mas também reconfigura suas bases epistêmicas.

É nesse horizonte que se inscreve a obra *Máscara de flandres em fragmentos* (2018), de Elisabete Nascimento, da qual o poema “Máscara de Flandres” faz parte. Escritora afro-brasileira contemporânea, sua produção desenvolve-se a partir da articulação entre corporeidade, racialidade e memória, inscrevendo-se no campo das poéticas negras femininas e de resistência. Sua trajetória literária é marcada pela centralidade das questões de voz, memória e representação da população negra, em especial da mulher negra, bem como pelo compromisso de transformar experiências de opressão em narrativas e poéticas de resistência, compreendendo a escrita como instrumento de elaboração crítica e intervenção no mundo

Nascimento nasceu e cresceu na Baixada Fluminense, periferia do Rio de Janeiro, em contextos marcados por desigualdade social e racial. Desde a infância, a autora desenvolveu uma relação estreita com a literatura e a escrita, considerando-os ferramentas de expressão e

transformação social (Nascimento, 2010, 2019). Tal perspectiva se explicita na própria dedicatória da obra, na qual a autora se dirige a sujeitos historicamente silenciados:

Dedico estes versos aos homens e mulheres leitores que, em algum momento de suas vidas, sentiram-se amordaçados por uma máscara de flandres [...] É bom alertar: estes poemas têm muitos estilhaços e ruídos ao confrontarem-se com a Soberania da razão, com o Império das letras milenares e com a suposição de que determinados corpos não reúnem condições de fala e/ou de leitura. (Nascimento, 2018, p. 5)

A presença do termo “em fragmento” no título do livro revela-se particularmente significativa, na medida em que indica não apenas uma opção formal, mas um princípio estético e político que organiza a obra. Nesse sentido, a fragmentação pode ser compreendida também como índice de ruptura: ela sugere não apenas a dispersão de experiências históricas marcadas pela violência e pela diáspora atlântica, mas sobretudo a própria quebra da máscara de flandres enquanto dispositivo de silenciamento e controle. Assim, o fragmento não remete apenas ao que foi quebrado pela violência colonial, mas também ao gesto de insurgência que rompe com essa estrutura de dominação, reinscrevendo a possibilidade de fala, memória e reconstrução do sujeito poético.

Considerando a ainda restrita circulação da obra de Nascimento, apresenta-se, a seguir, o poema “Máscara de Flandres”, objeto da presente análise:

Máscara de Flandres

Queres dizer o que devo dizer?
Queres dizer como devo viver sem incomodar você?
E lavar, passar, cozinhar e ainda ninar, como ama de leite, teus bebês?

Queres dizer por que devo existir
Mas não persistir e nem insistir em Ser,
Depois de calar-me à custa de flandres?

Queres dizer o que devo pensar
E me impor a alvura do Norte, a caligrafia de teus versos
E demonizar o Padê, o Agueré e o Alujá: comida e dança de Orixá,
Depois de calar-me à custa de flandres?

Queres dizer que não devo escrever meus poemas negros,
Nem cantar pra Oiá nas noites de Lua azul e de Xirê,
Que devo esquecer de Leopoldo no Congo

E Diogo, o cão, de suas misérias e barbáries,
Depois de calar-me à custa de flandres?

Queres dizer para eu crer na tua invenção do meu Ser,
De ser eu mesma a culpada de meus infortúnios
E sevícias em meu corpo de memória esgarçado por ti,
Que devo assumir que me fiz cativa,
Herdeira de Cam amaldiçoado de Noé,
Depois de calar-me à custa de Flandres?

Queres dizer o que devo Ser
E que repita rimas e sinas desgastadas:
Sou suja, lúgubre, nefasta, nefanda e encardida,
Boçal, cheia de mimimi, vítima de mim mesma.
E ainda assim devo amar-te e agradecer-te
Por desfrutar da mulata saborosa de ganho, enfim...
Já que me deste a máscara de flandres?

Quanta pretensão!
Acreditar que esgrimirei a forja de Xoroquê contra mim.
Cunhar e forjar coleiras, correntes e pentes de ferro
E submeter-me aos teus delírios, jamais!
Se a ti não devoto metáforas e alexandrinos,
Se não repito em meu corpo tuas selas:
Mulata gostosa e fogosa,
Colocas-me em cela: cabelo ruim.

Queres dizer como devo pulsar, vibrar e ouvir, vestir-me e sonhar, coser e
cozer e gozar
E me impedir de falar: não conseguiste calar-me, de fato, à custa de flandres?
É que inventei uma Lírica de infinitos Itans e Orikis.
Quanto ao valor destas vivências, só a ti meu leitor, meu amor
Cabe tirar tantos versos da indigência de afeto.
Mas eles alertam: quebrar o ferro não abole o despautério.
Observai do ferro ao silício, o que não pode ser silenciado...
Ainda queres dizer o que devo pensar, dizer, rezar e amar
Depois que quebrei a máscara de Flandres?
(Nascimento, 2018, p. 17-20)

Nesse contexto, o poema em análise mobiliza imagens de contenção e insurgência para problematizar a condição da mulher negra diante de dispositivos históricos e contemporâneos de controle. A recorrência de enunciados como “Queres dizer o que devo dizer?” e “calar-me à custa de flandres” (Nascimento, 2018, p. 17) evidencia a construção de uma voz poética tensionada por instâncias normativas que buscam regular sua fala, seu corpo e sua existência, reinscrevendo, no espaço da linguagem, formas persistentes de violência colonial e patriarcal.

A máscara de flandres, dispositivo de tortura utilizado no período escravocrata para impedir a fala e a ingestão de alimentos por pessoas escravizadas, constitui um objeto histórico que, no poema, é ressignificado como signo da opressão e dos mecanismos de interdição discursiva que se atualizam em diferentes formas de dominação. Ao reativar esse objeto histórico, a obra não apenas rememora a brutalidade do passado colonial, mas também evidencia a continuidade de estruturas que regulam a corporalidade e a enunciação de sujeitos racializados, especialmente mulheres negras.

Diante disso, este artigo propõe analisar de que modo o poema constrói uma corporalidade negra feminina em confronto com tais dispositivos de poder, articulando as dimensões de gênero, raça e sexualidade em uma poética de resistência. Parte-se da hipótese de que “Máscara de Flandres” elabora uma escrita insurgente que, ao mesmo tempo em que denuncia os mecanismos de silenciamento, instaura uma linguagem própria, marcada pela valorização de matrizes afro-diaspóricas e pela recusa de modelos estéticos eurocêntricos. Assim, a noção de fragmento, presente na estrutura da obra, pode ser compreendida como expressão formal de uma experiência histórica interrompida, ao mesmo tempo em que constitui estratégia de reinscrição de vozes e memórias subalternizadas.

Portanto, a análise fundamenta-se em contribuições do feminismo negro, dos estudos decoloniais e das teorias críticas de gênero e linguagem, mobilizando conceitos que permitem compreender as intersecções entre opressão e resistência no âmbito da produção literária contemporânea. Ao situar o poema no contexto da literatura latino-americana do século XXI, busca-se evidenciar como a obra de Elisabete Nascimento dialoga com uma tradição de escritas dissidentes que desafiam os regimes normativos de corporalidade e sexualidade, contribuindo para a construção de novas formas de existência e representação no campo literário.

2 Fundamentação teórica

2.1 Corpo, raça e gênero

A compreensão do corpo negro feminino como lugar de inscrição de múltiplas formas de opressão e resistência exige uma abordagem que considere a articulação entre raça, gênero e classe como dimensões indissociáveis. Nesse sentido, as contribuições do feminismo negro são fundamentais para deslocar perspectivas universalizantes que historicamente tomaram a

experiência da mulher branca como paradigma. Segundo Lélia Gonzalez, a condição da mulher negra na América Latina é marcada por um processo específico de racialização que a insere, simultaneamente, em relações de exploração econômica e subalternização simbólica, vinculadas às estruturas coloniais responsáveis por organizar o trabalho, o corpo e a linguagem. A autora demonstra esse processo ao afirmar que:

A exploração da mulher negra enquanto objeto sexual é algo que está muito além do que pensam ou dizem os movimentos feministas brasileiros, geralmente liderados por mulheres da classe média branca. Por exemplo, ainda existem “senhoras” que procuram contratar jovens negras belas para trabalharem em suas casas como domésticas; mas o objetivo principal é que seus jovens filhos possam “se iniciar” sexualmente com elas. [...] Com isso temos um exemplo a mais da superexploração econômico-sexual [...] além da reprodução [...] do mito da sensualidade especial da mulher negra. (Gonzalez, 2020, p. 52)

Essa leitura é aprofundada por Sueli Carneiro ao evidenciar o racismo como eixo estruturante das relações de gênero, produzindo um sistema no qual mulheres negras são submetidas a formas específicas de violência e invisibilização. Ao afirmar que o racismo “rebaixa o status dos gêneros” e reorganiza hierarquias sociais a partir de critérios raciais, a autora demonstra que as desigualdades de gênero não podem ser compreendidas sem a consideração das dinâmicas raciais que as atravessam (Carneiro, 2003, p. 119).

Tal articulação pode ser compreendida, ainda, à luz da noção de “matriz de dominação” proposta por Patricia Hill Collins (2019), segundo a qual diferentes sistemas de opressão operam de maneira interligada, configurando experiências sociais complexas que não podem ser analisadas de forma isolada. Nesse quadro, o corpo negro feminino emerge como espaço de disputa, simultaneamente marcado por processos históricos de objetificação e por práticas de resistência que reconfiguram sua significação.

2.2 Colonialidade e produção de subjetividades

A análise das formas de controle que incidem sobre o corpo e a linguagem na contemporaneidade latino-americana demanda, ainda, a consideração da persistência da colonialidade como estrutura de poder. De acordo com Aníbal Quijano (2005), a colonialidade do poder diz respeito à permanência de hierarquias raciais, culturais e epistêmicas instituídas no período colonial, que seguem organizando as relações sociais mesmo após o fim formal do

colonialismo. Nesse contexto, a produção de saber e de subjetividades é atravessada por padrões eurocêntricos que definem quais corpos podem falar, quais conhecimentos são legitimados e quais experiências são silenciadas.

Como o autor afirma, “os povos colonizados foram postos numa situação natural de inferioridade, assim como seus traços fenotípicos e culturais” (Quijano, 2005, p. 118). Nesse sentido, a ideia de raça torna-se um eixo central de classificação social e de distribuição de papéis na modernidade, funcionando como instrumento durável de dominação. A construção da Europa como centro epistêmico universal reforça essa lógica ao naturalizar hierarquias e consolidar a associação entre raça, conhecimento e poder.

No campo das relações de gênero, María Lugones (2019) propõe o conceito de colonialidade de gênero para evidenciar que as categorias modernas de gênero não são neutras, mas produzidas no interior do projeto colonial. Elas operam como dispositivos de classificação que articulam raça, sexualidade e poder, produzindo formas específicas de subalternização das mulheres racializadas. Nesse sentido, a autora destaca que “na intersecção entre ‘mulher’ e ‘negro’ há uma ausência... a interseccionalidade nos mostra um vazio” (Lugones, 2019, p. 360), apontando para o apagamento das mulheres negras nos próprios regimes categóricos modernos.

Entretanto, Lugones também tensiona a formulação de Aníbal Quijano ao argumentar que, embora sua noção de colonialidade do poder seja fundamental para compreender a racialização, ela não problematiza suficientemente o conceito de gênero. Para a autora, o modelo quijaniano tende a pressupor uma concepção biologizada e restrita de gênero, vinculada ao controle do sexo e à heterossexualidade compulsória, o que limita a compreensão da complexidade das relações de poder.

Como ela observa, o gênero, em seu enquadramento, “parece estar contido na organização do sexo e seus recursos”, o que sugere uma leitura ainda ancorada em pressupostos normativos da modernidade colonial (Lugones, 2019, p. 360-361). Nesse sentido, Lugones amplia o debate ao demonstrar que a colonialidade de gênero não apenas complementa, mas também reconfigura criticamente a teoria de Quijano, ao evidenciar aquilo que seu modelo não alcança: a produção simultânea e inseparável de raça, gênero e sexualidade.

Dessa forma, ainda que partam de perspectivas distintas, os dois autores permitem uma articulação produtiva: enquanto Quijano fornece a base para compreender a estrutura racial da colonialidade do poder, Lugones expande esse horizonte ao mostrar que tal estrutura é

inseparável de uma organização colonial do gênero. A tensão entre ambas as perspectivas não invalida suas contribuições, mas evidencia a necessidade de uma leitura interseccional e ampliada das formas de dominação contemporâneas.

2.3 Linguagem, escrita e resistência

Se a colonialidade atua também no plano da linguagem, regulando modos de dizer e de significar, a literatura configura-se como um espaço privilegiado de contestação dessas normas. Nesse horizonte, a noção de “escrevivência”, elaborada por Conceição Evaristo (2020), é particularmente produtiva ao afirmar a escrita como prática enraizada na experiência vivida e na memória coletiva de sujeitos historicamente marginalizados. Ao reivindicar a legitimidade de narrativas produzidas a partir de corpos negros, a autora desloca os critérios tradicionais de valor literário e reinscreve outras formas de sensibilidade no campo da literatura.

Nesse sentido, a escrevivência não se limita a uma técnica de escrita, mas se constitui como gesto político de reconfiguração da memória e da enunciação. Como afirma a autora:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. (Evaristo, 2020, p. 30)

Trata-se, portanto, de uma prática que tensiona os regimes históricos de silenciamento e reinscreve a presença de corpos historicamente subalternizados como sujeitos de linguagem.

De modo convergente, Audre Lorde (2019) enfatiza o caráter político da linguagem poética, compreendendo-a como instrumento de sobrevivência, criação e transformação. Para a autora, a poesia não apenas expressa experiências, mas constitui uma forma de conhecimento que emerge das condições concretas da vida, permitindo nomear aquilo que ainda não possui linguagem no interior dos sistemas hegemônicos de significação.

Nesse sentido, a poesia pode ser entendida como uma tecnologia de elaboração do real e de abertura de mundos possíveis, na medida em que produz efeitos de consciência, sensibilidade e ação. Como afirma a autora, os poemas funcionam como forças de mobilização subjetiva que possibilitam “ver, sentir, falar e desafiar” as estruturas de opressão, tornando os sonhos realizáveis “por meio dos nossos poemas que nos dão a força e a coragem” (Lorde, 2020 p. 39).

Essa perspectiva de ruptura é aprofundada pela noção de “desobediência epistêmica”, elaborada por Walter Dignolo (2008), que propõe a necessidade de questionar e desestabilizar os regimes de produção de conhecimento estruturados pela modernidade eurocêntrica. Segundo o autor, desobedecer epistemicamente significa realizar um movimento de “desvinculação” (delinking) em relação à matriz colonial do saber, o que implica rejeitar os critérios considerados universais de validação do conhecimento e reconhecer a legitimidade de epistemologias situadas.

Dessa forma, a desobediência epistêmica não se reduz a uma crítica teórica, mas se configura como um processo ativo de criação de outras formas de pensar, sentir e existir, capazes de romper com hierarquias raciais, culturais e geopolíticas que organizam o campo do saber. Trata-se, portanto, de uma recusa à suposta neutralidade da epistemologia moderna e, simultaneamente, de uma afirmação de saberes historicamente marginalizados, silenciados ou subalternizados.

Articuladas, as perspectivas de Evaristo, Lorde e Dignolo permitem compreender a literatura produzida por mulheres negras na América Latina e na diáspora como um campo de reexistência estética e política. Nesse espaço, memória, corpo e linguagem se entrelaçam na produção de outras formas de enunciação, nas quais escrever não é apenas representar o mundo, mas disputar suas condições de inteligibilidade.

3 Leituras em torno do poema

3.1 Imagem, silenciamento e ruptura: da iconografia colonial à reinscrição da voz

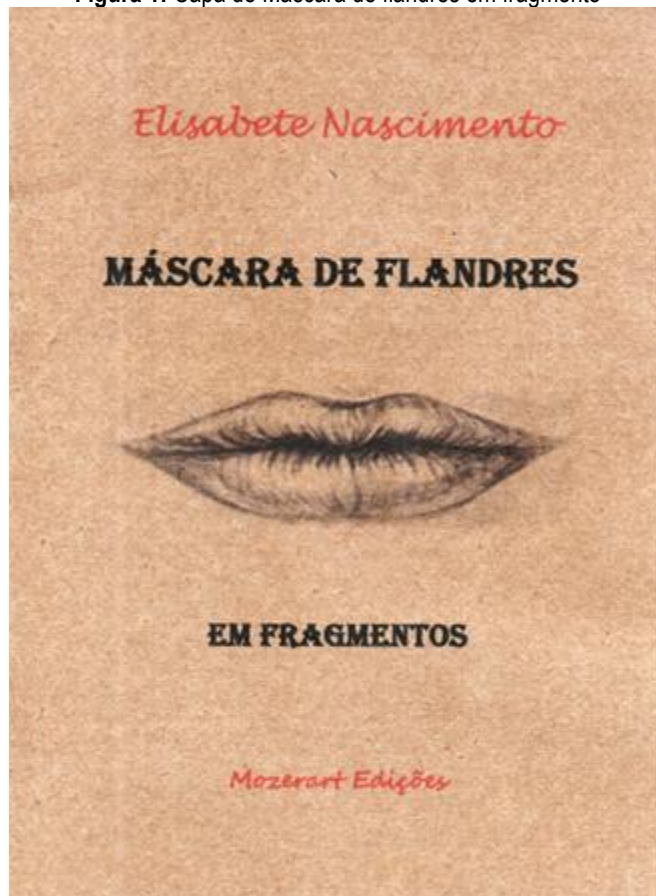
1 ESPAÇO DE 1,5

A análise da dimensão visual da obra *Máscara de flandres em fragmento*, de Elisabete Nascimento, revela que a materialidade do livro participa ativamente da construção de seu discurso poético-político. Longe de constituir um elemento meramente paratextual, a capa configura-se como extensão da própria poética da obra, instaurando um campo de significação no qual corpo, linguagem e memória se articulam de forma indissociável.

Ao apresentar uma boca em destaque, desprovida de qualquer dispositivo de contenção, a capa tensiona diretamente os regimes históricos de silenciamento do corpo negro feminino, instaurando uma imagem que se afasta da tradição iconográfica da interdição da fala. Tal deslocamento dialoga com a própria tessitura do poema, na qual a imposição de uma voz normativa se evidencia na recorrência do enunciado “Queres dizer o que devo dizer?”

(Nascimento, 2018, p. 17), explicitando um regime de controle que busca regular a fala, o pensamento e a existência do sujeito poético.

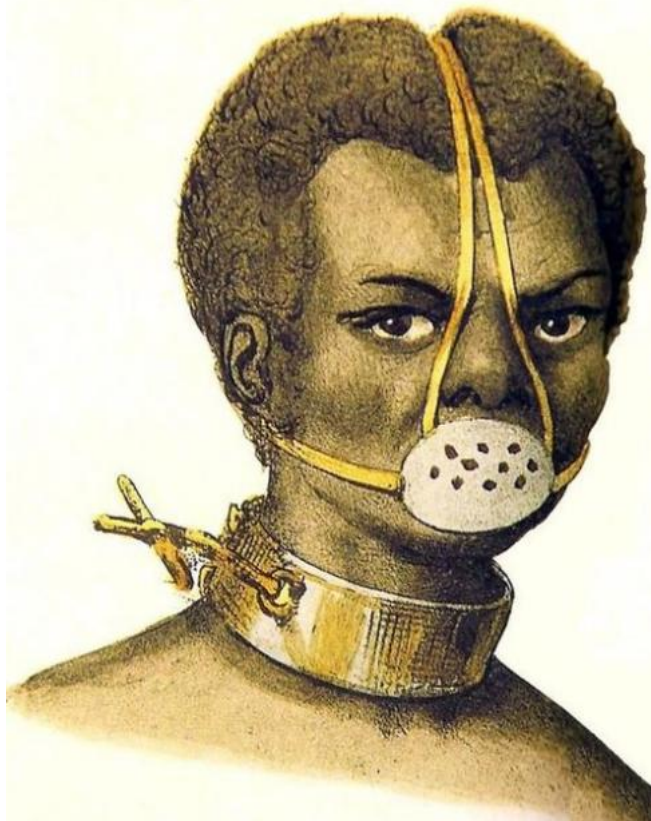
Figura 1: Capa de *Máscara de flandres em fragmento*



Fonte: Nascimento, 2018

Essa representação adquire maior densidade interpretativa quando colocada em diálogo com a iconografia de Escrava Anastácia, frequentemente representada com a máscara de flandres como símbolo de punição e impedimento da fala. Nesse imaginário visual, a máscara opera como tecnologia de controle do corpo e da linguagem, inscrevendo o sujeito negro feminino em uma lógica de contenção, disciplinamento e desumanização. No plano verbal, tal dinâmica é reiterada pela expressão “calar-me à custa de flandres” (Nascimento, 2018, p. 17), que condensa a violência histórica inscrita no corpo e evidencia a articulação entre coerção física e interdição discursiva.

Figura 2: Imagem da Escravizada Anastácia com máscara de flandres



Fonte: Gravura baseada em esboço de Jacques Arago, *Viagem ao redor do mundo. Memórias de um cego* (1839). Imagem disponível em Wikimedia Commons.

Esse regime de silenciamento encontra ressonância na reflexão de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), ao problematizar a possibilidade de fala do sujeito subalterno no interior das estruturas coloniais e pós-coloniais de poder. Ao questionar Pode o subalterno falar?, a autora evidencia que a enunciação não se constitui como um ato livre, mas como um campo atravessado por relações de poder que autorizam, traduzem ou silenciam determinadas vozes. Nesse sentido, a máscara de flandres pode ser compreendida como materialização extrema desse impedimento estrutural da fala, funcionando como dispositivo que não apenas impede a emissão da voz, mas também nega ao sujeito a condição de enunciador legítimo.

Como aponta a autora, essa impossibilidade é ainda mais radicalizada no caso das mulheres subalternizadas, uma vez que “o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”, sendo que “a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina” (Spivak, 2010, p. 66–67). Assim, a própria possibilidade de fala é

atravessada por uma dupla condição de apagamento, articulando gênero e colonialidade na produção do silêncio.

Em contraste, a capa da obra de Nascimento desloca esse regime visual ao expor justamente a boca antes interditada, sugerindo não apenas a ausência do instrumento de silenciamento, mas a sua ruptura simbólica. Tal deslocamento não se limita a uma inversão imagética, mas constitui um gesto de reinscrição da voz no espaço da representação, no qual o corpo negro feminino deixa de ser objeto de contenção para tornar-se lugar de enunciação. Esse movimento encontra sua formulação mais explícita no próprio poema, quando o eu poético afirma ter quebrado a máscara de Flandres, instaurando uma ruptura com os dispositivos de silenciamento que estruturam a experiência colonial.

O subtítulo “em fragmentos” reforça esse movimento ao indicar não apenas uma fragmentação formal, mas a própria quebra da máscara enquanto dispositivo de controle. Nesse sentido, os fragmentos podem ser compreendidos simultaneamente como vestígios de uma violência histórica que estilhaça corpos e memórias e como índice de uma ação insurgente que rompe com as estruturas que sustentavam esse silenciamento. A fragmentação, assim, não aponta para a ausência ou perda, mas para a possibilidade de recomposição e rearticulação da experiência a partir de novos regimes de sentido.

Dessa forma, a articulação entre a iconografia de Anastácia e a capa da obra evidencia um deslocamento fundamental: da lógica colonial de silenciamento para uma poética da insurgência vocal. Se, na imagem histórica, a máscara impõe o silenciamento como condição de existência, na imagem contemporânea sua ausência — ou sua fragmentação — torna-se signo de ruptura e de reapropriação da fala. O que se observa, portanto, é a passagem de um corpo interditado para um corpo que enuncia, reinscrevendo-se no campo simbólico não mais como objeto de controle, mas como sujeito de linguagem.

3.2 Linguagem e imposição normativa: regimes de dizer e controle da subjetividade

A recorrência da estrutura interrogativa “Queres dizer...” ao longo do poema configura um dos principais eixos de sua construção discursiva, instaurando uma cena enunciativa marcada pela assimetria entre uma instância normativa e um sujeito interpelado. Longe de operar como pergunta genuína, tal formulação assume caráter imperativo, funcionando como mecanismo de

imposição que busca determinar não apenas o que pode ser dito, mas também as condições de existência do próprio sujeito. Nesse sentido, a linguagem deixa de ser compreendida como meio neutro de expressão e passa a ser evidenciada como campo de regulação e controle.

A sequência de enunciados — “Queres dizer o que devo dizer?”, “Queres dizer como devo viver sem incomodar você?”, “Queres dizer o que devo pensar” (Nascimento, 2018, p. 17) — explicita a extensão desse regime normativo, que incide simultaneamente sobre fala, corpo, pensamento e modos de vida. A repetição da estrutura sintática produz um efeito de saturação, isto é, cria a sensação de um controle insistente e abrangente, que se estende a todas as dimensões da existência do sujeito.

Essa lógica de regulação pode ser compreendida à luz das reflexões de Aníbal Quijano (2005) acerca da colonialidade do poder, na medida em que evidencia a persistência de dispositivos que organizam e hierarquizam modos de ser, pensar e dizer. Nesse contexto, a linguagem atua como mecanismo de classificação e ordenamento, participando da produção de subjetividades alinhadas a padrões hegemônicos.

Essa dinâmica se intensifica quando o poema articula a imposição discursiva à dimensão racial e cultural, como se observa no verso “E me impor a alvura do Norte, a caligrafia de teus versos” (Nascimento, 2018, p. 17). Aqui, a linguagem aparece diretamente vinculada a um projeto de embranquecimento simbólico, no qual a norma estética e cultural europeia é apresentada como modelo a ser seguido. A expressão “caligrafia de teus versos” sugere não apenas uma forma de escrita, mas um padrão de reconhecimento que define quais vozes podem ser legitimadas no campo literário. Tal operação pode ser lida, conforme propõe Walter Mignolo (2008), como parte de uma lógica de colonialidade do saber, na qual determinados regimes de produção de conhecimento e expressão são privilegiados em detrimento de outros.

Paralelamente, o poema evidencia a tentativa de deslegitimação de matrizes culturais afro-diaspóricas, como se observa na referência à “demonização do Padê, do Agueré e do Alujá: comida e dança de Orixá” (Nascimento, 2018, p. 17). A interdição não incide apenas sobre o que pode ser dito, mas também sobre os próprios referenciais culturais que estruturam a experiência de sujeitos negros, especialmente de mulheres negras, cujas identidades são atravessadas por processos históricos de racialização, desumanização e apagamento. Ao negar essas práticas, o discurso normativo busca impor um apagamento simbólico que acompanha e reforça o

silenciamento da voz lírica feminina negra, que, no poema, transforma a linguagem em espaço de denúncia e resistência.

A imposição normativa alcança ainda a construção da subjetividade, ao tentar definir o próprio ser do sujeito poético: “Queres dizer para eu crer na tua invenção do meu Ser” (Nascimento, 2018, p. 18). Esse verso explicita o caráter profundamente violento da interpelação, na medida em que evidencia a tentativa de produzir uma identidade a partir de categorias externas e hierarquizantes. Tal processo pode ser compreendido, nos termos de María Lugones (2019), como parte da articulação entre colonialidade e gênero, na qual os sujeitos são constituídos por meio de sistemas de classificação que combinam raça, gênero e poder.

Essa fabricação discursiva se articula, ainda, à produção de estigmas e estereótipos, como nos versos “Sou suja, lúgubre, nefasta, nefanda e encardida” (Nascimento, 2018, p. 18) e “mulata gostosa e fogosa” (Nascimento, 2018, p. 19). Tais formulações condensam representações historicamente construídas sobre o corpo negro feminino, ora marcado por processos de desqualificação, ora pela hipersexualização. Em ambos os casos, trata-se de modos de nomeação que reduzem a complexidade do sujeito a categorias fixas, reforçando sua posição de objeto dentro de um sistema de dominação. A linguagem, assim, opera como instrumento de classificação e hierarquização, reiterando desigualdades estruturais.

Entretanto, ao explicitar e reiterar essas formas de imposição, o poema também as expõe enquanto construções, abrindo espaço para sua contestação. A repetição insistente de “Queres dizer...” acaba por revelar a artificialidade e a violência do discurso normativo, deslocando-o de uma posição de naturalidade para um campo de questionamento.

Essa ruptura se consolida na medida em que o sujeito poético recusa submeter-se a esses regimes de dizer e busca afirmar sua autonomia enunciativa, como se observa no trecho “não conseguiste calar-me, de fato” (Nascimento, 2018, p. 19). Ao negar a eficácia total do silenciamento, o poema instaura uma fissura no sistema de controle discursivo, evidenciando que, mesmo sob condições de opressão, a linguagem pode operar como espaço de resistência.

3.3 Corpo negro feminino: trabalho, violência e memória

A dimensão corporal ocupa um lugar central na construção do poema, configurando-se como espaço privilegiado de inscrição da violência histórica e, simultaneamente, de elaboração

de memória e resistência. Longe de ser apresentado como entidade abstrata, o corpo negro feminino emerge como território marcado por práticas de exploração, disciplinamento e controle que se articulam à herança colonial e às estruturas contemporâneas de desigualdade.

Essa inscrição torna-se evidente no trecho “E lavar, passar, cozinhar e ainda ninar, como ama de leite, teus bebês” (Nascimento, 2018, p. 17), no qual a enumeração de atividades domésticas explicita a associação entre o corpo feminino negro e o trabalho servil. A sequência verbal, construída de forma cumulativa, produz um efeito de sobrecarga que evidencia a naturalização da exploração. Tal associação dialoga diretamente com as análises de Angela Davis (2016) sobre a histórica vinculação entre mulheres negras e o trabalho doméstico, evidenciando a continuidade de estruturas que articulam raça, gênero e trabalho:

A própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de ‘instituição doméstica’, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo ‘serviçais domésticas’. Aos olhos do ex-proprietários de escravos, ‘serviço doméstico’ devia ser uma expressão polida para uma ocupação vil que não estava nem a meio passo de distância da escravidão. Enquanto as mulheres negras trabalhavam como cozinheiras, babás, camareiras e domésticas de todo tipo, as mulheres brancas do Sul rejeitavam unanimemente trabalhos dessa natureza. (Davis, 2016, p.98)

Nesse sentido, o corpo é mobilizado como instrumento de produção e de serviço, inscrito em uma lógica que o destitui de autonomia e o submete às necessidades do outro. A violência que atravessa esse corpo não se limita à exploração do trabalho, mas se estende à dimensão simbólica e identitária, como se observa no verso “servícias em meu corpo de memória esgarçado por ti” (Nascimento, 2018, p. 18). A expressão “corpo de memória” sugere que a experiência corporal carrega marcas históricas que se acumulam e se transmitem, evidenciando a persistência de formas de violência que atravessam o tempo.

Essa articulação entre corpo e memória permite compreender que a violência não se restringe a eventos pontuais, mas constitui uma estrutura persistente. Nesse sentido, a leitura do poema pode ser aproximada das reflexões de María Lugones (2019), ao evidenciar a intersecção entre raça, gênero e colonialidade na produção de corpos subalternizados.

Paralelamente, o texto explicita a tentativa de naturalização dessa condição ao afirmar “Que devo assumir que me fiz cativa” (Nascimento, 2018, p. 18), deslocando a responsabilidade da opressão para a própria voz lírica. Trata-se de um mecanismo discursivo que busca legitimar a violência ao transformá-la em escolha individual, apagando suas determinações estruturais.

No entanto, ao tornar visíveis esses processos, a escrita poética também opera como forma de resistência. Ao nomear o trabalho, a violência e a memória inscritos no corpo, o poema recusa sua naturalização e rompe com o silêncio que historicamente os encobriu.

3.4 Poética da insurgência: reexistência, ancestralidade e ruptura

Se, ao longo do poema, evidencia-se a atuação de dispositivos históricos e contemporâneos de silenciamento, a construção poética também se orienta pela elaboração de uma resposta a esses regimes de controle. Essa resposta não se configura apenas como negação, mas como produção ativa de outros modos de dizer, nos quais a linguagem deixa de operar sob a lógica normativa para constituir-se como espaço de reexistência.

Essa reconfiguração da linguagem se intensifica na afirmação “inventei uma Lírica de infinitos Itans e Orikis” (Nascimento, 2018, p. 19), na qual o poema explicita a criação de uma poética fundada em matrizes afro-diaspóricas. Esse gesto pode ser compreendido, nos termos de Walter Mignolo (2008), como uma forma de desobediência epistêmica, ao deslocar o eixo de produção de sentido para além das tradições eurocêntricas e afirmar outras formas de conhecimento e expressão.

Nesse contexto, a linguagem poética opera como espaço de reinscrição cultural, no qual práticas historicamente marginalizadas são recuperadas e revalorizadas. Ao afirmar esse vínculo com matrizes afro-diaspóricas, o poema rompe com o modelo único de legitimidade literária e propõe uma pluralização dos modos de dizer.

A dimensão insurgente da escrita também se manifesta na recusa explícita à submissão, como se observa no trecho “submeter-me aos teus delírios, jamais!” (Nascimento, 2018, p. 19). A contundência dessa afirmação marca uma ruptura com o regime de interdição anteriormente descrito.

Por fim, a imagem de ruptura se consolida no verso “depois que quebrei a máscara de Flandres” (Nascimento, 2018, p. 20), que sintetiza o movimento de passagem do silenciamento à enunciação. A quebra da máscara não representa apenas a eliminação de um instrumento de controle, mas a transformação das condições de fala da voz poética.

4 Discussão: gênero, corporalidade e insurgência na literatura latino-americana contemporânea

A leitura de “Máscara de Flandres”, de Elisabete Nascimento, permite situar a obra no interior de um conjunto de produções literárias latino-americanas que tensionam os regimes normativos de gênero, corporalidade e sexualidade. Ao articular linguagem, corpo e memória, o poema inscreve-se em um campo de escrita que problematiza as formas pelas quais sujeitos historicamente subalternizados são produzidos, regulados e, simultaneamente, reconfigurados no campo literário.

No que se refere às questões de gênero, o poema evidencia a construção de uma subjetividade feminina atravessada por expectativas normativas que delimitam seu lugar social e suas possibilidades de existência. A recorrência de enunciados que buscam determinar “o que devo dizer”, “como devo viver” e “o que devo pensar” (Nascimento, 2018, p. 17) explicita a atuação de um dispositivo que regula não apenas comportamentos, mas a própria constituição do sujeito enquanto mulher, como no verso: “Queres dizer como devo pulsar, vibrar e ouvir, vestir-me e sonhar, coser e cozer e gozar” (Nascimento, 2018, p. 19). Nesse sentido, a obra dialoga com uma tradição crítica que compreende o gênero como categoria histórica e relacional, produzida no interior de estruturas de poder que articulam hierarquias sociais e simbólicas.

No que concerne à corporalidade, o poema constrói uma reflexão densa sobre o corpo negro feminino como espaço de inscrição de violências históricas e contemporâneas. Ao mobilizar imagens de trabalho, exploração e controle, a escrita evidencia a permanência de lógicas coloniais que associam esse corpo à servidão, à disponibilidade e à funcionalidade, como no verso “E lavar, passar, cozinhar e ainda ninar, como ama de leite, teus bebês?” (Nascimento, 2018, p. 17). Ao mesmo tempo, ao inscrever nesse corpo uma memória que resiste ao apagamento, o texto desloca essa posição, afirmando-o como lugar de enunciação e de produção de sentido. Nesse movimento, o poema evidencia corporalidades que escapam às normatividades e se afirmam em sua potência de significação.

Embora o eixo da sexualidade não se apresente de forma central ou explícita, ele se manifesta na construção de estereótipos que atravessam o corpo negro feminino, especialmente na associação entre hipersexualização e desqualificação. Ao evocar imagens como “mulata gostosa e fogaosa” (Nascimento, 2018, p. 19), o poema evidencia a produção de uma sexualidade

racializada, construída a partir de olhares externos que reduzem o sujeito a objeto de desejo e consumo. Ao mesmo tempo, ao expor e tensionar essas representações, a escrita opera uma crítica a esses regimes de significação, desestabilizando-os e abrindo espaço para outras formas de existência.

Nesse contexto, a obra de Nascimento contribui para o campo da literatura latino-americana contemporânea ao propor uma poética que articula denúncia e invenção. Ao recuperar matrizes afro-diaspóricas e afirmar uma linguagem que se desvia dos modelos eurocêtricos, o poema não apenas questiona os critérios tradicionais de legitimidade literária, mas também amplia o horizonte de possibilidades estéticas e epistemológicas. Trata-se, portanto, de uma escrita que não apenas representa a experiência de sujeitos marginalizados, mas que intervém ativamente nas formas de sua representação.

Essa dimensão se intensifica nos versos finais, nos quais o poema não apenas afirma sua ruptura com regimes de silenciamento — “Ainda queres dizer o que devo pensar, dizer, rezar e amar / Depois que quebrei a máscara de Flandres?” (Nascimento, 2018, p. 20) —, mas também instaura uma interlocução direta com aquele que lê: “Quanto ao valor destas vivências, só a ti, meu leitor, meu amor / Cabe tirar tantos versos da indigência de afeto” (Nascimento, 2018, p. 20).

Ao dirigir-se explicitamente ao leitor, o poema rompe a ilusão de distanciamento e inscreve a leitura como prática implicada. Não se trata apenas de compreender o texto, mas de posicionar-se diante dele. A interpelação final — que retoma e tensiona a estrutura reiterativa do “Queres dizer” — devolve ao leitor a pergunta que atravessa todo o poema, deslocando-o da posição de observador para a de sujeito implicado nas dinâmicas que o texto evidencia.

Dessa forma, “Máscara de Flandres” inscreve-se em um movimento mais amplo de produção literária que, ao tensionar normas e categorias estabelecidas, contribui para a construção de novos modos de pensar gênero, corporalidade e sexualidade no contexto latino-americano. Ao articular crítica e criação, a obra evidencia o papel da literatura como espaço de disputa simbólica, no qual se elaboram formas de resistência e se projetam possibilidades outras de existência.

Considerações finais: da máscara à voz

A leitura de “Máscara de Flandres”, de Elisabete Nascimento, permitiu evidenciar a construção de uma poética que articula, de modo indissociável, linguagem, corpo e memória na problematização de formas históricas e contemporâneas de silenciamento. Ao longo da análise, observou-se que o poema não apenas expõe os mecanismos de regulação que incidem sobre o sujeito negro feminino, mas também os desestabiliza, instaurando uma dinâmica de tensão entre imposição e resistência.

A recorrência de estruturas discursivas que buscam determinar o dizer, o pensar e o existir evidencia a atuação de regimes normativos que operam na produção de subjetividades alinhadas a padrões hegemônicos. Tais mecanismos, compreendidos à luz da colonialidade do poder e do saber, revelam a persistência de lógicas que articulam raça, gênero e linguagem na manutenção de hierarquias sociais e simbólicas. Nesse contexto, o corpo negro feminino emerge como espaço central de inscrição dessas violências, ao mesmo tempo em que se constitui como lugar de memória e de enunciação.

Entretanto, a força do poema reside justamente na recusa de sua contenção. Ao afirmar sua voz e ao inventar uma lírica fundada em matrizes afro-diaspóricas, o sujeito poético desloca os limites impostos pela tradição normativa, instaurando uma escrita que se configura como prática de reexistência. A quebra da “máscara de Flandres” não representa apenas o fim de um dispositivo de silenciamento, mas a abertura de um campo no qual outras formas de dizer, sentir e significar se tornam possíveis.

Desse modo, “Máscara de Flandres” inscreve-se no campo da literatura latino-americana contemporânea como uma escrita que não apenas denuncia os dispositivos de silenciamento, mas que também afirma a potência de uma linguagem insurgente. Ao articular crítica e criação, memória e invenção, o poema evidencia que o ato de dizer — longe de ser neutro — constitui uma prática de resistência, na qual se disputam não apenas sentidos, mas as próprias condições de existência.

CRedit

Reconhecimentos: Não é aplicável.

Financiamento: A presente pesquisa é financiada pela CAPES (Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE)

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Aprovação ética: Não é aplicável.

Contribuições dos autores:

SILVA, Fernanda Oliveira da.

Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Recursos, Software, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição:

Referências

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento. Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 49, p. 117–133, 2003. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 5 jan. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. pp. 26-46.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organizadores: Flavia Rios e Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zará, 2020.

LORDE, Audre. A poesia não é um luxo. In: LORDE, Audre, *Irmã outsider: Ensaio e conferências*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em Política*. In: Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: literatura, língua e identidade. No. 34. p. 287-324, 2008.

NASCIMENTO, Elisabete. *Contos pro(L)ibinos*. Rio de Janeiro: Quártica Editora, 2010.

_____. *Máscara de flandres em fragmentos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mozerart Edições, 2018.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 1-27.



WIKIMEDIA COMMONS. *Escrava Anastácia com máscara de flandres*. Disponível em: https://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Escrava_Anastacia.jpg Acesso em: 20 de março 2026.